



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A União Europeia e a guerra no Líbano

Carlos Gaspar

In Jornal Público, 27/Julho/2006

Ontem, pela primeira vez, o Primeiro Ministro de Israel fez uma declaração formal de apoio à intervenção militar da União Europeia no Líbano, que é também a posição do Primeiro Ministro libanês, na sequência das conversações com os ministros dos Negócios Estrangeiros das três principais potências europeias.

A União Europeia tem, pelo menos, três boas razões para se empenhar, decisivamente, nessa missão. A primeira razão diz respeito à relação especial entre a França e o Líbano e, sobretudo, à relação especial entre a Alemanha e Israel. As duas potências centrais europeias são aliadas dos dois Estados vizinhos, cujas relações estão a ser destruídas pelas estratégias convergentes do Irão, da Síria e das organizações terroristas do Hizbollah e do Hamas, que querem fazer do Líbano um “segundo Iraque” para forçar os Estados Unidos a mudar a sua estratégia regional. Nesse sentido, o par europeu tem a obrigação de restaurar as relações entre Israel e o Líbano e, para tal, é indispensável demonstrar aos inimigos da paz no Médio Oriente que não só não vão conseguir dividir, mais uma vez, os aliados ocidentais, como podem vir a ter pela frente as forças militares da União Europeia, em vez do exército norte-americano.

A segunda razão refere-se ao Irão, cujo programa de armamento nuclear tem sido o objecto de conversações prolongadas entre o regime teocrático revolucionário e a **troika** da União Europeia – a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha – sem outro resultado além de fazer com que os iranianos ganhem tempo para avançar na feitura das suas armas de destruição massiva. Se a guerra no Líbano é, entre outras, uma tentativa para desviar a **troika** europeia do propósito

essencial de impedir que o regime pan-islamista iraniano se torne uma potência nuclear, a União Europeia deve demonstrar ao Irão e aos seus aliados que uns e outros a devem tomar a sério e a única maneira de os convencer de que os europeus ainda não caíram numa decadência irremediável é enviar as tropas da União Europeia para neutralizar a sua manobra bárbara no Líbano.

A terceira razão é propriamente europeia. A União Europeia, desde a crise iraquiana e os **referenda** negativos do ano passado entrou numa crise profunda: as divisões internas minaram a sua credibilidade, num momento crucial. A guerra do Líbano e a intervenção militar nesse conflito pode inverter o veredicto iraquiano, quer quanto à decomposição da comunidade transatlântica de defesa, quer quanto à comunidade europeia de defesa. Há três anos, a intervenção dos Estados Unidos no Iraque abriu uma dupla crise da unidade atlântica e da aliança europeia, que está longe de ter sido ultrapassada, sobretudo na opinião pública norte-americana. Hoje, porém, são os Estados Unidos que não querem intervir no Líbano, para não abrir uma segunda frente ou correr o risco de criar um “segundo Iraque”, desta vez contra uma minoria xiita. A oportunidade da União Europeia é também uma forma de revelar a sua capacidade para ultrapassar as divisões internas e para resolver uma crise decisiva. Essa demonstração, com a intervenção militar da União Europeia na guerra do Líbano, podia ser o primeiro passo da política europeia de segurança e de defesa, a primeira demonstração de que existe uma vontade política e estratégica europeia para lá das fórmulas opacas e estereis sobre as virtudes da potência normativa e os valores éticos da União Europeia.

Trata-se, pois, e urgentemente, de saber se essa vontade existe e, nesse sentido, o ministro dos Negócios Estrangeiros português fez bem em convocar os seus pares da União Europeia para juntos deliberarem em conselho. O Médio Oriente passou a ser o centro da política internacional e a União Europeia vai dizer se quer voltar a estar presente nesse centro ou se, à mercê das suas intermináveis querelas internas, está vocacionada, definitivamente, para ocupar um lugar marginal e periférico.